

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

<u>Título: MP do risco hidrológico atrasa por receio dos efeitos da prorrogação de concessões</u>	10
---	----

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: PPSA fará venda direta de petróleo da União	2
Título: Pezão quer antecipar R\$ 1 bi em receita de royalties	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Tesla revela hoje caminhão elétrico	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: PIB nacional Crise do Rio faz Sudeste perder mais participação no	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Justiça impede bloqueio a distribuidoras	7
Título: 20 países planejam abandonar o uso do carvão até 2030	8
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: MP do risco hidrológico atrasa por receio dos efeitos da prorrogação de concessões	10
Título: Mais eficientes, petroleiras exibem lucro de US\$ 42 bi	11
Título: Volks investirá US\$ 12 bilhões em carro elétrico chinês	13
Título: Curtas	15

Título: Destaques	15
Título: Destaques	16
Título: Aliança de países promete abandonar o carvão até 2030	16

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: PPSA fará venda direta de petróleo da União

Governo vai decidir mudança na regra atual da partilha por MP ou projeto de lei.

A estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) vai ser a comercializadora direta do petróleo da União que será recebido como pagamento na exploração dos campos do pré-sal, como prevê o regime de partilha. De acordo com um executivo que acompanha as negociações, nos próximos dias, o governo federal vai decidir se edita uma medida provisória (MP) ou um projeto de lei (PL) sobre o assunto.

A mudança na regulamentação é necessária para autorizar a PPSA a vender diretamente o óleo. Pela legislação atual para o regime de partilha, a estatal responsável por gerenciar a produção nos campos do pré-sal teria que contratar um agente comercializador para realizar as operações.

MUDANÇA NO CURTO PRAZO

A mudança nas regras acontecerá logo, uma vez que a previsão é que se inicie ainda este mês a produção no campo gigante de Libra, na Bacia de Santos. Será a primeira operação pelo novo regime de partilha, com o começo dos Testes de Longa Duração (TLD), que antecede a produção definitiva. Libra é operado pelo consórcio liderado pela Petrobras, em associação com Shell, Total e as companhias chinesas CNPC e CNOOC.

O diretor presidente da PPSA, Ibsen Lima, disse acreditar que a decisão deverá sair por medida provisória já que, com o início da produção efetiva em Libra, a partir do primeiro trimestre de 2018, a União vai começar a receber sua parcela em óleo. — A lei em vigor, e que criou a própria PPSA, exige que se contrate um agente comercializador. E havia dificuldades em encontrar esse agente. Por isso, está se pensando uma forma que permita que a empresa possa fazer a venda direta do petróleo. Deve ser feita uma MP — destacou Ibsen Lima.

O executivo da PPSA lembrou que, no Brasil, quem deve se interessar e ter condições de comprar o petróleo são justamente as produtoras que atuam no país, incluindo as próprias participantes do consórcio de Libra. A possibilidade de o petróleo da União vir a ser negociado em Bolsa chegou a ser discutida entre o governo, a PPSA e a B3 (antiga Bovespa), mas já foi descartada. Isto porque, segundo Ibsen Lima, o estatuto social da Bolsa não permite a contratação de agentes comercializadores.

50 MIL BARRIS POR DIA

A área de Libra começará a produzir petróleo com o início dos Testes de Longa Duração (TLD), por meio do navio-plataforma (FPSO) Pioneiro de Libra. O navio tem capacidade de produzir até 50 mil barris por dia com a interligação de um único poço. — É necessário que seja via uma MP, dado a urgência do assunto. Afinal, Libra entrará em breve em produção e, logo, a União terá óleo a receber — destacou uma fonte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Carina Bacelar e Natália Boere

Título: Pezão quer antecipar R\$ 1 bi em receita de royalties

Dinheiro será destinado a pensões e aposentadorias no ano que vem

O governador Luiz Fernando Pezão afirmou que pretende ir ao mercado financeiro para antecipar R\$ 1 bilhão em receitas de royalties de petróleo até o dia 6 de dezembro. Caso essa meta não seja cumprida, por causa da virada de ano, a operação será retomada a partir de 6 de janeiro. Essas receitas — já previstas pelo Plano de Recuperação Fiscal — serão destinadas ao Rioprevidência, responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões de servidores. Esses royalties derivam da segunda e terceira rodadas do pré-sal, promovidas no fim de outubro. — Até 6 de dezembro, quero muito fazer essa operação. Isso vai nos permitir ter um calendário de pagamentos de salário em dia em 2018 — disse o governador, depois de se reunir com servidores públicos no Palácio Guanabara. De acordo com o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, o valor já está incluído em autorizações concedidas pela Assembleia Legislativa e pelo conselho do Rioprevidência para operações no mercado financeiro, e ainda vão abranger esse pedido de antecipação.

Segundo o secretário, o trâmite não envolve pregões nem está regido pela lei de licitações, já que a operação é feita no mercado internacional, em Nova Iorque. O estado apresenta um livro de oferta para investidores e, por cerca de 24 horas, de acordo com Barbosa, recebe propostas. Escolhe o investidor que oferecer

menores taxas de juros. Essas taxas do mercado de capitais, garante Barbosa, são bem menores do que as praticadas em empréstimos. — Tem uma burocracia muito grande, e você tem que ter uma conversa com os investidores, porque eles têm que entender o papel e gostar dele. Em 2014, quando antecipamos receitas de royalties, fizemos um road show, que é quando você vai a praças oferecer a operação — afirmou, acrescentando que, à época, representantes do Estado foram à Califórnia, a Nova Iorque e a Londres. A antecipação de créditos funciona quando uma instituição compra um recurso garantido (no caso, os royalties) de uma só vez. Depois disso, quem ofereceu o recurso, nesse caso, o Estado do Rio, paga juros à empresa compradora, que fica com o valor dos royalties que iriam, aos poucos, para os cofres do estado.

GOVERNADOR 'OTIMISTA'

De acordo com Pezão, se os recursos forem obtidos ainda em dezembro, será possível pagar o 13º de 2017 antes de o ano terminar: — Eu sou o otimista, o Gustavo (Barbosa, secretário estadual de Fazenda) é o pessimista e pé no chão. Eu sou a pessoa que sonha mais, o Gustavo é mais conservador. A gente depende muito dessas conversas com o mercado internacional. Uma emissão dessas de US\$ 1 bilhão demanda visitas aos continentes, ela tem que ser o mais divulgada possível e da forma mais ampla possível, como foi a anterior. Se eu conseguir esses recursos da securitização dos royalties, imediatamente sairia este ano (o 13º de 2017). Especialistas consultados pelo GLOBO, no entanto, não mostram tanto otimismo com a operação. Para eles, o estado acaba “queimando” receitas importantes no futuro, e ainda fica obrigado a pagar juros pela operação. — É muito arriscado para o governo estadual empenhar uma receita que vai fazer falta lá na frente. Você pega um dinheiro para pagar o almoço e o jantar. Lá na frente vai faltar dinheiro. Não só vai ficar sem essa receita, mas vai ter uma dívida para pagar — observa Bruno Sobral, economista e professor da Uerj.

— O governo tira essa carta da manga porque vai criar um fato político a curto prazo. A meu ver, é uma medida irresponsável. Já o professor do Ibmecc Ricardo Macedo considera que, apesar de a taxa de juros ser mais baixa, no futuro ela pode ajudar a comprometer as finanças do estado: — Essa estratégia é ruim, porque você tá consumindo uma receita futura sem fazer nenhum fundo para investimentos mais duradouros. Se as estruturas de gastos não forem modificadas, essa antecipação é temerosa. O secretário de Fazenda diz, no entanto, que essa é a alternativa possível diante de uma dívida que chega a R\$ 10 bilhões em restos a pagar para fornecedores e R\$ 1,7 bilhões em salários atrasados: — O pagamento de juros não é adequado, mas quando você tem necessidades a serem cumpridas, tem que recorrer ao que pode.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Reuters****Título: Tesla revela hoje caminhão elétrico**

Protótipo faz parte dos esforços da companhia para diminuir o uso de combustíveis fósseis.

A empresa automotiva Tesla deve revelar, na madrugada desta sexta-feira, 16, um protótipo de um caminhão de carga pesada capaz de dirigir sozinho, movido a energia elétrica. Segundo analistas, o veículo deve ser capaz de rodar entre 320 quilômetros e 480 quilômetros com uma carga elétrica, e pode mudar o mercado de transportes de carga nos EUA. .

Para Elon Musk, presidente executivo da Tesla, os caminhões elétricos são parte do esforço da empresa para afastar a economia dos combustíveis fósseis. Após adiar a estreia do caminhão por duas vezes, Musk disse que o modelo “explodiria a mente das pessoas para fora do crânio”. Hoje, a empresa tem três carros elétricos à venda no mercado, incluindo o sedã “popular” Model 3, vendido nos EUA por US\$ 35 mil.

Alguns analistas, porém, temem que o Tesla Semi, nome que deve ganhar o caminhão, seja uma distração para a empresa, conhecida por “torrar” dinheiro. A Tesla nunca divulgou seu lucro anual e está vivendo um “inferno fabril”, causado pelo início do processo de produção do Model 3. O mercado de caminhões elétricos ainda é recente e focado em veículos médios, e não em grande porte, como o modelo que a Tesla está desenvolvendo.

Segundo analistas, isso acontece por conta de limitações na capacidade de energia e no peso e custo das baterias necessárias para viabilizar um caminhão desse porte de forma competitiva – hoje, um caminhão que roda a diesel pode viajar até 1,6 mil quilômetros com um único tanque de combustível.

A Tesla não está sozinha: fabricantes tradicionais de veículos, como a GM, e empresas do Vale do Silício, como o Uber, creem que o mercado de caminhões autônomos pode mudar drasticamente a vida nas estradas, reduzindo tráfego e aumentando a velocidade em rodovias, além de gerar transporte mais seguro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: PIB nacional Crise do Rio faz Sudeste perder mais participação no**

Com queda do preço do petróleo, fatia do Estado na economia do país cai 0,6 ponto, para 11%, em 2015

Todas as unidades da Federação registraram contração dois anos atrás, algo inédito, de acordo com o IBGE

DE SAO PAULO- A derrocada do preço internacional do petróleo levou o Rio a ser o Estado que mais perdeu espaço no PIB nacional em 2015, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segunda maior economia nacional, o Rio viu sua participação cair de 11,6% em 2014 para 11% em 2015 — a liderança é de São Paulo, com 32,4%. A explicação, segundo o IBGE, é a dependência do Estado da receita com a indústria do petróleo, que sofreu com a queda de 25,2% no preço em reais da cotação do produto no mercado externo.

Em dólar, o barril do petróleo tipo Brent (referência para a Petrobras) valeu, em média, US\$ 52,3 em 2015, ante US\$ 99 no ano anterior. A extração de petróleo e gás natural respondia por 14,3% da economia fluminense. Quase dois terços da extração de petróleo do país estavam concentrados no Rio em 2015. Os problemas da indústria petroleira, também afetada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, têm sido apontados pelo governo do Rio como um dos fatores que levaram à queda da arrecadação do Estado — com atraso no pagamento a servidores e piora da qualidade do serviço público (leia texto ao lado).

O resultado desse declínio do Rio é que o Sudeste foi a única região do país que perdeu participação no PIB brasileiro de dois anos atrás, quando a economia do país teve uma contração de 3,5%. A fatia da região caiu de 54,9% para 54%, a maior queda desde ao menos o início do atual levantamento do IBGE, em 2002, quando o Sudeste representava 57,1% do total. Em 2015, foi a primeira vez em que todos os Estados, mais o Distrito Federal, registraram queda no PIB. "Esse resultado de queda de todas as unidades da Federação ainda não tinha sido visto, inclusive por nenhuma série já estimada pelo IBGE antes disso [2002, início da atual série histórica]. É um resultado inédito que afeta todos os Estados da Federação", afirmou Frederico Cunha, gerente do IBGE.

O Estado que teve o melhor desempenho em 2015 foi Mato Grosso do Sul, com queda de 0,3% no volume de seu PIB em 2015, em parte pelo bom ano da agropecuária local. "Os Estados que tiveram melhor resultado foram bastante influenciados pela agropecuária. O que pesou negativamente foram a indústria de transformação, o comércio e a construção civil. Todas essas atividades tiveram quedas expressivas", afirmou Cunha, do IBGE.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Hamilton Ferrari Gabriela Santanna****Título: Justiça impede bloqueio a distribuidoras**

Motoristas e consumidores de Brasília reclamam dos preços do litro da gasolina. Segundo eles, o combustível está caro e sendo vendido por valores muito parecidos. Dos 29 postos visitados pelo Correio no Plano Piloto, 20 estavam com o valor entre R\$ 4,08 e R\$ 4,12. A média cobrada nos estabelecimentos é de R\$ 4,09, variando de R\$ 3,99 a R\$ 4,22. (Confira quadro) Apesar dos sucessivos aumentos, os brasilienses têm esperança de gastar menos, a partir de hoje, já que a Petrobras reduziu 3,8% nos valores cobrados nas refinarias.

Consumidores reclamam que, quando é reajuste para cima, os estabelecimentos aumentam os preços no dia anterior. Mas quando beneficia os motoristas, não há a mesma prática. Alguns motoristas de vans e motos decidiram trazer para Brasília o movimento que ocorre em Goiânia e outras regiões do estado vizinho. Ontem, o objetivo era bloquear a saída da BR Distribuidora e da Transpetro, ambas ligadas à Petrobras, para impedir o abastecimento dos postos de combustíveis. O protesto foi marcado pelas redes sociais e ocorreria no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), onde ficam localizadas as unidades.

No entanto, a estatal entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para impedir o protesto, que foi aceita pelo TJDFT. O órgão entendeu que o ato prejudicaria diversos órgãos de segurança pública do DF, como as Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal, além do Corpo de Bombeiros e ambulâncias de hospitais.

O militar Ocimar Guimarães, 49 anos, apoia o movimento iniciado em Goiânia. “Temos que fazer igual. Os preços cobrados em Brasília são absurdos para o salário que nós, trabalhadores, recebemos. Há um cartel antigo que joga o preço do combustível lá para cima. É preciso fazer algo”, criticou.

A servidora pública Andrea Brayner, 50 anos, concorda que está difícil custear um carro. O dela consome quatro tanques de combustível por mês, fazendo com que ela gaste R\$ 600. “Fora o que eu gasto com o carro da minha filha, que ainda é estudante”, declarou. “O pior é que não tem como nós dividirmos um veículo. Temos horários diferentes. Eu vendi meu carro porque não estava suportando mais despesas. Passei a andar só com carona de aplicativo, mas não consegui me adaptar. Em algumas situações, é necessário ter um automóvel”, contou.

Manifestação

Goiânia, que inspirou o movimento em Brasília, passou por uma seca nos tanques dos postos. Os protestos bloquearam a saída de combustíveis das distribuidoras. Os postos que ainda tinham os produtos estavam lotados e motoristas enfrentavam longas filas de espera. Lá, a gasolina chega a custar quase R\$ 5. O presidente do Sindicato dos Transportes Escolares do Distrito Federal (Sintresc-DF), Nazon Simões Vilar, afirmou que a situação em Brasília não é diferente. “A prática do cartel é histórica. Apesar de as autoridades afirmarem que não existe mais, é visível o tabelamento de preços, inclusive no Entorno”, destacou. “Apoiamos o protesto e queremos deixar claro que a intenção não é prejudicar a população, mas atingir o bem comum”, completou.

O presidente da Associação dos Motoristas Prestadores de Serviços de Transporte Individual Público e Privado de Passageiros por Aplicativos Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal (AMSTIP-DF), Bismarck Konrad Hgermann, declarou que tenta derrubar a liminar na Justiça para dar continuidade ao protesto. “Entramos em contato com o pessoal de Goiânia para buscar novas alternativas para seguirmos com o movimento”, disse.

Segundo os manifestantes de lá, há um grande cartel no estado e tributação excessivamente alta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 30% para gasolina e 25% para etanol.

Redução

A Petrobras cortou em 3,8% o preço da gasolina e 1,3% do diesel. Desde o último dia 1º de novembro, o valor do combustível acumula quatro reduções e sete altas, fechando o período com aumento de 3,7% nas refinarias. Já o diesel tem queda acumulada de 1,3% nos 17 primeiros dias do mês.

Segundo a companhia, como a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, os ajustes realizados nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. Isso depende de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis, especialmente distribuidoras e postos revendedores.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor:

Título: 20 países planejam abandonar o uso do carvão até 2030

Uma das principais fontes de energia no mundo, o carvão pode deixar de alimentar os fornos de usinas de 20 países até 2030. Trata-se do compromisso firmado pela Aliança para o Abandono do Carvão, anunciada ontem, durante a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 23). Canadá e Reino Unido encabeçam a iniciativa, que conta com o apoio de Bélgica, Dinamarca, Holanda, Etiópia, El Salvador, Finlândia, França, Itália, Ilhas Marshall, Portugal e México, entre outras nações.

Curiosamente, estados americanos, como Havaí, Califórnia, Nova York, Oregon e Washington, fazem parte do grupo. O presidente Donald Trump alega que medidas de incentivo a fontes alternativas de energia e de redução da emissão de gases do efeito estufa prejudicam os interesses energéticos de seu país. Por esse motivo, retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris, cujo livro de regras, com informações sobre como cada país cumprirá o pacto, por exemplo, está sendo discutido nesta edição da conferência.

Líder climático mundial, Mohamed Adow avalia que a iniciativa é um grande recado ao presidente norte-americano. “É uma refutação a Donald Trump vinda do Reino Unido e do Canadá, dois dos aliados mais próximos dos Estados Unidos, para mostrar que sua obsessão por energia suja não se disseminará”, disse. Outros grandes usuários do material fóssil — China, Alemanha e Rússia — não se filiaram à aliança. Mas a expectativa do grupo é de que eles cheguem a 50 membros até a próxima conferência climática da ONU, que será realizada em 2018, na cidade polonesa de Katowice, uma das mais poluídas da Europa.

A aliança foi anunciada pouco depois de dois eventos emblemáticos sobre o uso do carvão na COP 23. Na última terça-feira, o governo dos Estados Unidos e representantes de empresas de energia realizaram um evento, paralelo à conferência, a fim de promover os “combustíveis fósseis e a energia nuclear na mitigação climática”. Manifestantes contrários à iniciativa invadiram o local e comprometeram a realização das palestras por ao menos uma hora.

Ontem, ao abrir as negociações ministeriais da conferência, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, advertiu que não será possível para o planeta manter um futuro baseado em combustíveis de origem fóssil. “Temos que parar de apostar em um futuro insustentável, que coloca em risco nossas economias e sociedades (...) Em 2016, foram investidos US\$ 825 bilhões em combustíveis de origem fóssil e setores de alta emissão de gases do efeito estufa, mas essas emissões são as que provocaram efeitos catastróficos no planeta”, justificou.

Anfitriã da COP 23, a Alemanha admite que o abandono do carvão não é fácil para o país, que obtém 40% de sua eletricidade por meio dessa fonte de energia. “Há grandes conflitos em nossa sociedade, e temos que resolvê-los de forma razoável. É por isso que as discussões são duras”, justificou a chanceler

Angela Merkel. O Brasil não se pronunciou oficialmente sobre a Aliança para o Abandono do Carvão. No país, o material é responsável por 3,61% da matriz energética, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No mundo, de acordo com a Agência Internacional de Energia, 40% da produção de energia do vêm do carvão mineral, cuja queima emite quase um terço do gás carbônico na atmosfera.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Daniel Rittner | De São Paulo e Brasília

Título: MP do risco hidrológico atrasa por receio dos efeitos da prorrogação de concessões

A medida provisória elaborada pelo governo para resolver a judicialização referente ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) já saiu do **Ministério de Minas e Energia** há mais de uma semana, mas está presa na Casa Civil por receios da equipe econômica quanto à prorrogação de concessões, que será concedida às hidrelétricas afetadas pelo problema, apurou o **Valor**.

A MP, que vai trazer alterações na Lei 13.203, de 2015, vai permitir que as hidrelétricas que decidam aderir à proposta tenham a extensão das concessões por até 15 anos. Em troca, as empresas precisarão abrir mão das liminares que limitam os efeitos do risco hidrológico em suas contas.

A proposta vai abranger todas as usinas que não tenham aderido à primeira repactuação proposta em 2015, mesmo aquelas sem liminares. Na prática, isso pode resultar em um grande movimento de extensão de concessões, afetando inclusive grandes projetos, como a megausina de Belo Monte. O receio da Fazenda é justamente sobre essa "onda" de extensões de concessões, que poderiam ser relicitadas ao expirar, gerando mais recursos para o Tesouro.

As equipes dos ministérios de Minas e Energia, Fazenda e Casa Civil tiveram uma reunião ontem sobre o tema, mas a conversa foi inconclusiva, apurou o **Valor**. Ainda não há um consenso sobre a forma de alocar o risco hidrológico nos geradores.

Pelo texto finalizado por Minas e Energia, serão expurgados do GSF fatores como as limitações de transmissão de usinas por atrasos em obras, e a diferença entre a garantia física de usinas em fase de motorização dessas e os valores gerados no período. Também sairá da conta o deslocamento causado pela geração fora da ordem de mérito (GFOM) de termelétricas. Tudo isso poderá ser retroativo a 2013, com efeitos permanentes a partir de agora.

Esse cálculo será feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que vai considerar algumas premissas determinadas pela MP e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Outro obstáculo à publicação da MP está num ponto técnico do texto, que exige aqueles que desistirem das concessões do pagamento dos honorários advocatícios à União. Segundo o **Valor** apurou, algumas áreas do Ministério da Fazenda não querem abrir mão desses honorários, e estão tentando alterar essa parte da MP.

Do lado dos geradores, as incertezas estão nos cálculos que a Aneel vai fazer para converter a exposição das usinas ao GSF em extensão da concessão. Quanto maior a ampliação do prazo, maior o efeito contábil no balanço, quando trazida a valor presente. O receio de algumas usinas é que a agência acabe calculando prazos curtos.

O problema do GSF é visto como o mais urgente hoje no setor elétrico, por representar custos bilionários às hidrelétricas. Até agora, as liminares já travaram R\$ 4,66 bilhões em recursos no mercado à vista de energia.

A MP também vai alterar a Lei 12.211, de 2009, que trata dos Sistemas Isolados - regiões no Norte que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O objetivo, segundo o **Valor** apurou, é solucionar o descasamento entre a operação da termelétrica Mauá 3, da Eletrobras, e o gasoduto que leva gás para a usina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Eduardo Magossi | De São Paulo

Título: Mais eficientes, petroleiras exibem lucro de US\$ 42 bi

Dois anos após registrarem perdas significativas com a queda livre dos preços do petróleo, que desencadeou a busca por maior eficiência e concentração em ativos estratégicos, as companhias integradas voltaram a ter lucro expressivo, mesmo com o barril a US\$ 50 - metade do que costumava valer. O resultado mostra que as gigantes do setor aprenderam a lucrar no novo cenário de normalidade, longe dos US\$ 100 do passado.

Levantamento do **Valor** com as sete maiores petroleiras de capital aberto no mundo que já apresentaram seus balanços - Royal Dutch Shell, PetroChina, ExxonMobil, BP, Total, Chevron e Petrobras - revela que neste ano o lucro líquido acumulado chegou a US\$ 41,73 bilhões, o que não era visto desde 2014, quando teve início a desvalorização da commodity.

Somente no terceiro trimestre, o resultado conjunto das empresas foi de US\$ 15,3 bilhões. Já é o segundo período, em 2017, no qual os números superam os dos últimos anos, mais negativos para o petróleo. Com o fim das baixas contábeis, necessárias porque se previa menor geração de valor dos ativos em carteira, e a estabilização dos preços, o setor parece ter "aprendido" a dar lucro com o barril mais barato.

Para o analista de energia da Tendências Consultoria, Walter Vitto, o bom resultado das petroleiras é consequência de três fatores principais: ajustes de portfólio, menores custos com serviços e equipamentos, e a própria estabilização dos preços da commodity.

"Ainda estamos longe dos patamares registrados em 2014, quando o barril chegou aos US\$ 100, mas já saímos das mínimas de 2015, de US\$ 38 por barril", disse. No terceiro trimestre, o barril do Brent valeu, em média, US\$ 52, o que - afirmou o especialista - já se mostra suficiente para um resultado positivo.

A cotação mais positiva ajudou a impulsionar a receita líquida das companhias, que terminou o terceiro trimestre em US\$ 373 bilhões. A última vez que o faturamento foi tão alto ocorreu entre abril e junho de 2015, quando atingiu US\$ 389,61 bilhões.

As produtoras ainda não se beneficiaram do salto na cotação desde o fim de setembro. Ontem, por exemplo, o Brent fechou valendo US\$ 61,74. A perspectiva, porém, está mais próxima de US\$ 55 em 2018, à medida que tensões geopolíticas que ajudaram na disparada diminuem e se aproxima o vencimento do acordo de cortes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

As margens também foram reforçadas pelos ajustes dos últimos anos. "As petrolíferas cortaram investimentos em projetos de exploração mais caros e até interromperam alguns que iriam produzir um petróleo a preços acima dos praticados e os efeitos desses cortes começam a ser sentidos agora no caixa", disse Vitto.

Cálculos da consultoria especializada Rystad Energy mostram que há três anos o custo de exploração de petróleo era bem mais elevado. Em águas profundas, por exemplo, o ponto de equilíbrio chegava a até US\$ 60. Nas areias betuminosas do Canadá, US\$ 90. Atualmente, é possível se obter lucro ao se explorar as mesmas áreas com preços de US\$ 40 e US\$ 70, respectivamente.

De fato, o nível de investimento está muito menor agora. Entre julho e setembro, os desembolsos somaram US\$ 33,55 bilhões. Para se ter uma ideia, no mesmo período de 2015, foram US\$ 52 bilhões.

Quanto aos gastos com fornecedores, Vitto lembra que esses serviços estavam muito inflacionados anteriormente, em função do "boom" de demanda até meados de 2014. "Os preços de serviços e equipamentos de petróleo estavam em uma 'bolha' que acabou estourando quando o valor do barril despencou", disse.

Todavia, o analista da Tendências alerta que esse resultado positivo pode enfrentar obstáculos para se manter no longo prazo. Ele diz acreditar em uma recuperação dos preços no longo prazo - mas não muito. "Estimo um preço entre US\$ 65 e US\$ 70 por barril a partir de 2019".

Ao mesmo tempo, a demanda trará a necessidade de novos investimentos em exploração, o que vai testar a capacidade do setor em manter a rentabilidade com investimentos mais pesados. "Hoje, as petroleiras têm forte lucro com um preço médio em torno de US\$ 50, mas não investem", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Emily Feng e Tom Mitchell | Financial Times, de Pequim

Título: Volks investirá US\$ 12 bilhões em carro elétrico chinês

O chefe da Volkswagen na China anunciou que a montadora vai investir € 10 bilhões (US\$ 11,8 bilhões) para desenvolver veículos movidos a novas fontes de energia no país até 2025.

A montadora europeia vai lançar 40 modelos produzidos localmente na China, disse Jochem Heizmann na Feira Automotiva de Guangzhou. A produção de veículos elétricos vai começar durante o primeiro semestre de 2018 com a Anhui Jianghuai Automobile Group (JAC Motors), parceira da Volkswagen em seu novo empreendimento conjunto.

O anúncio chega em meio à iniciativa da China de exigir que as montadoras cumpram cotas de produção de veículos elétricos. Um esquema para negociar créditos de carbono, que foi postergado, vai exigir que montadoras comprem e vendam créditos atrelados à produção dos elétricos.

Pelo esquema, cujo lançamento estava inicialmente marcado para 2018, os veículos elétricos devem representar até 8% das vendas na China. As novas regras foram adiadas para 2019, após protestos da Alemanha e outros países. Alguns executivos de montadoras disseram às autoridades de planejamento chinesas que poderiam ter de reduzir a produção geral para atingir a meta, segundo duas fontes a par das discussões. As regras, no entanto, só vão passar a ser de cumprimento obrigatório em 2020.

A Volkswagen vai inicialmente usar as plataformas da JAC para elevar a produção de carros elétricos e atingir as cotas do governo. "A joint venture com a JAC é uma solução provisória para atingir a nova cota de NEV (sigla em inglês para veículos movidos a novas fontes de energia), mas vai ser desativada aos poucos uma vez que a Volkswagen possa atingi-la com sua própria tecnologia", disse Jochen Siebert, da JSC Automotive, firma de consultoria em Xangai.

A China vem pressionando para que se produzam mais veículos com baixas emissões de gás carbônico e planeja proibir todos os veículos a diesel e gasolina até 2040. As montadoras estrangeiras começam a preparar-se para o novo cenário e vêm anunciando planos para produzir veículos elétricos na China.

Na semana passada, a China anunciou um esquema piloto para aliviar as restrições à propriedade estrangeira de empresas criadas em zonas francas e que fabriquem veículos de uso especial ou movidos a novas fontes de energia. O piloto foi anunciado pouco depois de a Tesla ter confirmado planos para abrir uma fábrica em Xangai.

O governo chinês, que atribui aos carros cerca de 30% da poluição do ar no país, pretende elevar a produção de veículos elétricos - incluindo ônibus e outros veículos comerciais - de 500 mil unidades, em 2016, para 7 milhões, incluindo híbridos, até 2025.

Embora quase metade dos veículos elétricos do mundo seja vendida na China, isso representa uma pequena porcentagem em relação ao mercado total do país, que superou o dos Estados Unidos durante a crise financeira mundial e se tornou o maior do mundo.

Os carros elétricos e híbridos representaram menos de 2% das vendas em 2016 no país. A maioria foi vendida em grandes cidades onde os donos de carros elétricos ficam isentos das longas filas de espera e dos sorteios para licenciar as placas. Sem tais incentivos, a demanda por elétricos poderia sumir.

"Há uma grande preocupação quanto à força do progresso dos veículos movidos a novas fontes de energia à medida que os subsídios retrocedam", disse Sal Cheung Ma, analista da corretora Guotai Junan Securities, em Hong Kong. "Vamos precisar [de mais] carros importados e de joint ventures para reduzir o custo dos carros elétricos."

A BYD, maior fabricante de carros elétricos no país, anunciou queda de 20% nas vendas nos primeiros seis meses do ano, em comparação ao mesmo período de 2016, após Pequim cortar subsídios. Em parceria com a Daimler, a BYD começou a vender o modelo Denza no fim de 2014.

A Volkswagen criou sua joint venture com a estatal JAC Motors em maio com o propósito declarado de fazer carros elétricos. Anteriormente, já havia divulgado que projeta vendas de 1 milhão de veículos movidos a novas fontes de energia no ano de 2025.

Em agosto, a Renault e a Nissan uniram-se à parceira de longa data Dongfeng Motor para produzir veículos elétricos. Na semana passada, a Ford anunciou investimento de US\$ 753 milhões na China para fabricar e vender veículos elétricos em parceria com Anhui Zotye Automobile.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Minério cai

Os preços do minério de ferro recuaram 0,4% ontem no mercado à vista chinês, para US\$ 61,57 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". A referência é o produto com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao. Esse desempenho ainda deixa a matéria-prima com uma valorização de 5,2% em novembro. No quarto trimestre até agora, a cotação média é de US\$ 61,55, 13,8% a menos do que no terceiro trimestre e queda de 12,7% na comparação anual. Além disso, a baixa acumulada em 2017 chega a 21,9%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Hidrelétrica Santo Antonio

A Santo Antônio Energia, concessionária da hidrelétrica de mesmo nome, planeja utilizar instrumentos de desconstrução de energia em 2018, afirmou ontem o diretor de relações com investidores da companhia, Nilmar Foletto, em teleconferência. A medida visa reduzir o impacto do risco hidrológico para a empresa no próximo ano. Entre os dois principais instrumentos que a companhia pretende utilizar estão o mecanismo de compensação de sobra e déficit (MCSD) de Energia Nova e a negociação direta com distribuidoras para a redução dos contratos de energia. Foletto destacou que a utilização desses instrumentos neste ano permitiu à empresa uma economia de R\$ 500 milhões com custo do GSF.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques**

Debêntures da Equatorial

A Equatorial Energia, que no mês passado cancelou a emissão de debêntures de infraestrutura por condições de mercado desfavoráveis, está de volta com a operação. A empresa pretende levantar até R\$ 800 milhões em uma emissão de debêntures simples, dividida em duas séries, no sistema de vasos comunicantes. A primeira série, com mínimo de R\$ 300 milhões e máximo de R\$ 700 milhões, terá prazo de cinco anos e retorno de 100% do CDI mais 1,6% ao ano. A segunda série, de R\$ 100 milhões a R\$ 500 milhões, terá prazo de sete anos e remuneração fixa de 0,75% ao ano. Os recursos captados por meio da segunda série serão utilizados exclusivamente para a realização de aumento de capital das sociedades de propósito específico, subsidiárias da Equatorial, para implementação de projetos. **(Álvaro Campos)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Agências internacionais****Título: Aliança de países promete abandonar o carvão até 2030**

Mais de 25 países e regiões se comprometeram ontem em deixar de usar o carvão na geração de energia até 2030. A aliança internacional contra o carvão - uma iniciativa britânica-canadense - recebeu a adesão de países como a França, Itália, México, Holanda, Finlândia, Portugal e Nova Zelândia, assim como do Estado americano de Washington.

"O carvão não está voltando", afirmou Catherine McKenna, ministra de Meio Ambiente do Canadá. "O argumento econômico é claro. Os preços [da energia] solar e eólica despencaram. A energia limpa também está cada vez mais barata", acrescentou

A iniciativa, lançada durante a conferência do clima em Bonn (Alemanha), espera ter a adesão de pelo menos 50 países até o próximo ano.

A aliança internacional contra o carvão foi saudada pelos ambientalistas e acentua o isolamento dos EUA em questões climáticas e de energia. O governo do presidente Donald Trump prometeu expandir o uso e a produção de carvão nos EUA.

Em outro golpe contra os combustíveis fósseis, em Oslo, o banco central da Noruega, o gestor do fundo soberano de US\$ 1 trilhão do país, propõe retirar projetos de petróleo e gás de sua carteira de investimentos - que representa 6% ou US\$ 37 bilhões do total. A medida ainda precisa ser aprovada pelo Parlamento.

MME / ASCOM .